



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

ATA Nº 17 DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CNODS

Ata da 9ª reunião ordinária da Comissão
Nacional para os Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável realizada no
dia 18 de dezembro de 2025, no formato
virtual.

1 Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, a partir das nove horas,
2 reuniu-se a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com
3 a presença dos seguintes membros: Lavito Bacarissa, Secretário-Executivo da Comissão
4 Nacional dos ODS, Patricia Maria Santos de Carvalho - SG/PR; André Grossi Porto -
5 SG/PR; Mariana Siqueira - SG/PR; Isabel Costa - SG/PR; Hérica Ewandyr – SG/PR;
6 Giovanna Araújo – SG/PR; Míriam Licnerski - SG/PR; Thalita Holanda – SG/PR; João
7 Guilherme Vogado Abrahao da CNT; Ana Lucia de Melo Custodio do Instituto Ethos;
8 Letícia Aryelle Faria Facundo do MDHC; Carlos Antônio Lopes de Araujo da CC/PR;
9 Antônio Sergio Malaquias de Queiroz Filho do MIDR, Marília de Araújo Nogueira da ONG
10 Moradia e Cidadania; Jacinta de Fátima Sena da Silva da ABEn; Juliana Sobreira Pereira
11 do MCID; Reynaldo Colares do GSI/PR; Rafaela Gomes de Souza e Silva do MPOR; Giselle
12 Dupin do MinC; Maria Cristina Sampaio Lopes do Instituto AMSUR; Robely Borges de
13 Barros Ferreira Santos Carneiro da Moradia e Cidadania; Katerina Volcov do INPETI;
14 Maria Francisca Santos Abritta Moro da CGU; Nina Orlow do MNODS; Ana Luiza Rangel
15 Carboni Brito da União de Ciclistas do Brasil (UCB); Eduardo Santarelo Lucas da
16 SECOM/PR; Pedro Ivo do CONAMA; Luisa da Matta Machado Fernandes do MS; Yara
17 Martinelli da ABM; Bianca Oliveira Medeiros do MMA; Andrea Matos dos Santos da
18 ONDAS; Priscila Oliveira da Silva da CNC; Agenor Calazans da Silva Neto da AGU; José
19 Eduardo Malta de Sá Brandão do Ipea; Juliana Mendes Rodrigues do MGI; Gilberto
20 Alvares Giusepone Junior da Fundação PoliSaber; José Alberto Saraiva Fernandes da
21 Faculdade Zumbi dos Palmares; Gabriella Coimbra Jardim do MCOM; Victor Graça da
22 Fundação Abrinq (FADC); Maria América Bonfim Hamú da SECOM/PR; Emanuel
23 Henrique de Sousa Loureto do MIR; Luciano Garcia Lourenção do MPS; Raimunda Caldas
24 Barbosa da UMBRASIL; Fátima Cristina Faria Palmieri da União Geral dos Trabalhadores
25 (UGT); Izane Mare Ribeiro Mathos do INPETI; Márcia Muchagata do MDS; Conceição
26 Coutinho Melo do MDA; Valeria Cristina Passos Valentim do MPO; Lidia Ferreira
27 Rodrigues da União Brasileira de Mulheres (UBM), Kleber Souza dos Santos do MAPA;
28 Carlos Roberto Ruchiga Corrêa Filho da CGU; Bruno Pastre Máximo do MTur; Patricia De
29 Aquino da Unitins REODS; Helder Rogério Sant’Ana Ferreira do Ipea; José Claudio Sassi
30 Junior do MPA; Rita de Fátima Aragão Macedo da UNESCO junto ao MEC; Williane Magna
31 da Silva da CNT; Rosangela Finocketi Pinna do MT e Herbert Borges Paes de Barros do
32 MGI. A reunião ordinária da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

33 Sustentável (ODS) foi realizada por meio de plataforma virtual *Teams*, com a abertura
34 da sala e ambientação dos participantes, contando a presença de representantes da
35 sociedade civil, órgãos governamentais e convidados. A abertura formal foi conduzida
36 pelo secretário Executivo da Comissão Nacional para os ODS, Lavito Bacarissa, que
37 agradeceu a presença de todos e iniciou com uma breve saudação informal. Em seguida,
38 passou-se ao primeiro ponto da ordem do dia, referente à aprovação das atas
39 anteriores. Foram aprovadas, sem ressalvas, a Décima Quinta ata, referente à Oitava
40 Reunião Ordinária realizada em dezesseis de outubro, e a Décima Sexta ata da reunião
41 realizada em dezessete de outubro de dois mil e vinte cinco, ambas previamente
42 socializadas com os membros da Comissão. Na sequência, iniciou-se o ponto dos
43 informes da secretaria, no qual foram abordados os seguintes temas: A prorrogação de
44 mandato e a seleção pública CNODS dois mil e vinte seis, seguido das falas dos
45 participantes Alberto Saraiva, Juliana Cesar, Zorilda Gomes de Araújo e Katerina Volcov
46 que registraram suas preocupações sobre a portaria, pontuando com a ausência de
47 prazo máximo para a nova composição. Eles consideram mais prudente que seja
48 estabelecido um limite temporal de modo a evitar precedentes de prorrogações
49 excessivamente longas e resguardar a segurança institucional, e sinalizaram, ainda, a
50 complexidade do contexto nacional em função do calendário eleitoral subsequente. O
51 Secretário Executivo, Lavito Bacarissa, reconheceu as ponderações apresentadas e
52 esclareceu que o formato da portaria decorreu de entendimento jurídico do Gabinete
53 Ministerial, visando garantir conforto e segurança jurídica no ato de prorrogação.
54 Ressaltou que o Plenário da CNODS é o órgão soberano e propôs que, na próxima
55 reunião ordinária, o coletivo delibere, em plenário, sobre o prazo e cronograma do
56 processo de seleção pública para a nova composição, consignando isso como
57 encaminhamento da presente reunião. Após esse momento, foi realizada a introdução
58 das novas membras da CNODS, seguida da apresentação individual de cada uma, Lavito
59 Bacarissa informou que a recomposição e ampliação da equipe da Secretaria Executiva
60 foi possibilitada por instrumento de cooperação com o PNUD (Prodoc), aprovado em
61 articulação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Ministério das Relações
62 Exteriores; e aporte financeiro da Itaipu Binacional, destinado a apoiar ações
63 estratégicas, incluindo o processo conferencial, a modernização da Plataforma Brasil
64 ODS e outras iniciativas prioritárias para dois mil e vinte seis. Foram apresentados à
65 Comissão: Talita Holanda, da equipe de cooperação descentralizada do PNUD,
66 responsável pela gestão do instrumento de cooperação e apoio à agenda dois mil e
67 trinta desde dois mil e dezenove; Giovanna Araújo, atuando na área de comunicação da
68 CNODS; Hérica Ewandy, na atuação do âmbito das relações internacionais e
69 responsável pelo Relatório Nacional Voluntário (RNV); Isabel Costa, atuando como
70 assistente do âmbito administrativo; Foi anunciado, ainda, que a nova membra Miriam
71 se descompatibilizou de sua posição anterior de representação da Sociedade Civil,
72 passando a integrar a CNODS por meio do instrumento de cooperação com o PNUD.
73 Concluída esta etapa de informes e apresentações, o Secretário Executivo anunciou a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

passagem ao próximo ponto da pauta, em que a reunião passa a ter mais caráter informativo que deliberativo, relativo à apresentação do Painel BI dos ODS, que é uma ferramenta desenvolvida em parceria com o PNUD, IBGE, IPEA e Câmara Temática de Estratégia, Parcerias e Meios de Implementação, destinada ao acompanhamento de metas, programas e financiamentos relacionados à Agenda dois mil e trinta. André Porto e Miriam Licnerski, responsáveis pela apresentação, introduziram as principais funcionalidades do ferramenta, que se trata de uma plataforma interativa, destacando a aba da evolução das metas dos ODS com a utilização de dados oficiais fornecidos pelo IBGE, em articulação com a Plataforma ODS Brasil e o Relatório Nacional Voluntário (RNV) no painel que possibilita a filtragem na seleção de indicadores específicos, com visualização gráfica da evolução temporal, evolução negativa, evolução comparada, entre outros. Foi esclarecido que constam no BI apenas os indicadores atualmente produzidos pelo IBGE, razão pela qual nem todas as cento e sessenta e nove metas globais aparecem no painel, assim como, o ODS dezoito ainda não há série histórica consolidada. Na aba de vinculação com o PPA (Programas e Eixos) é possível visualizar a página do BI que relaciona metas de cada ODS com programas e objetivos específicos do PPA federal associados, permitindo acessar, por meio de links, informações mais detalhadas sobre programas no ambiente do PPA. Na aba de Mapa de Eixos, Políticas e Órgãos Responsáveis apresenta os eixos de políticas públicas e os programas respectivos, permitindo a navegação por tema. É possível filtrar por palavras-chave, retornando os ODS associados, os órgãos responsáveis e os programas correspondentes, inclusive com link para as páginas dos órgãos gestores. O Painel também inclui aba específica sobre linhas de financiamento para ações relacionadas à Agenda dois mil e trinta, indicando cada instituição financeira, as linhas específicas associadas a diferentes ODS, os públicos-alvo das linhas de financiamento. Foi esclarecido que como essa base de financiamentos é dinâmica, pode ser continuamente atualizada a partir de novas informações remetidas à Secretaria Executiva, que serão avaliadas e incorporadas ao BI. O Secretário Executivo informou que o Painel/BI será disponibilizado no site da CNODS, na página da Secretaria-Geral da Presidência da República, e que a equipe vem trabalhando para integrar o BI com materiais analíticos adicionais ampliando o potencial de uso. A participante Marília de Araújo Nogueira elogiou a ferramenta e questionou se o BI seria acessível ao público em geral; Como se daria o processo de inserção de novas informações e se os indicadores municipais utilizados pelo Instituto Cidades Sustentáveis haviam sido considerados na construção do painel. Em resposta, ficou esclarecido que nesta fase inicial, o BI utiliza exclusivamente dados oficiais do Governo Federal (IBGE, RNV, cadernos do IPEA), opção já debatida na Câmara Temática e que há intenção de, em momento posterior, estudar a incorporação de dados produzidos pela sociedade civil, como o Relatório Luz, de forma metodologicamente consistente, e que Painel será público, hospedado no site da CNODS, com vistas a amplo acesso por governo, sociedade civil e municípios. Nina (Movimento ODS) parabenizou a iniciativa e destacou a importância de o BI ser



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

115 dinâmico, dado que indicadores desatualizados dificultam o diálogo com gestores locais.
116 Enfatizou a utilidade do painel para o Pacto Meu Município pelos ODS, sobretudo na
117 parte de financiamentos, uma vez que prefeitos e prefeitas costumam reagir
118 positivamente quando percebem concretamente as oportunidades de investimento e
119 benefícios para a população. A participante Luiza Calvette Costa sugeriu que o Fundo
120 Nacional de Saúde passe a constar entre as fontes de financiamento no BI, sob pena de
121 o ODS 3 aparentar ausência de financiamentos federais específicos. Em resposta, a
122 sugestão foi acolhida pela equipe técnica, que se comprometeu a incluir o Fundo
123 Nacional de Saúde na aba de financiamentos, observados os critérios adotados. Além
124 disso, foi informado que serão submetidas ao grupo de representações, as propostas de
125 nomes para o Painel/BI, por meio de enquete em grupo próprio, ficando definido que o
126 nome mais votado será adotado como designação oficial do instrumento no site da
127 CNODS. Encerrada a discussão sobre o Painel/BI dos ODS, o Secretário Executivo, Lavito
128 Bacarissa, propôs o início do ponto seguinte da pauta, relativo ao Relatório Nacional
129 Voluntário de dois mil e vinte e seis, a ser apresentado pela Hérica Ewandyr, em
130 substituição a Thiago que estava em missão oficial em Roma, no evento *First Global VNR*
131 *Workshop 2025: Supporting Evidence-based VNRs*. Foi apresentado a nova identidade
132 visual do relatório construída a partir da imagem de uma trama de DNA, simbolizando a
133 ideia de que o desenvolvimento sustentável está no DNA do brasileiro. As cores
134 dialogam com a marca do Governo Federal; Exibiu-se a estruturação dos capítulos o
135 modelo da capa geral e o padrão de capas dos capítulos. Foi apresentado o cronograma
136 de execução e o andamento do processo de consulta pública (fase atual) e para os
137 seguintes meses ficou decidido que janeiro de dois mil e vinte seis, acontecerá a análise
138 e sistematização dos subsídios recebidos (governo federal, governos locais, sociedade
139 civil, base empresarial, estatais, agências da ONU, entre outros); Em fevereiro e março
140 de dois mil e vinte seis, será feita a elaboração dos capítulos do relatório, a partir dos
141 insumos recebidos e das análises técnicas (IBGE, IPEA e demais órgãos); Em abril de dois
142 mil e vinte seis, haverá a consolidação e revisão dos textos do RNV. Em maio de dois mil
143 e vinte seis, a tradução e diagramação da versão final do RNV. Em junho de dois mil e
144 vinte seis, a apresentação oficial do Relatório Nacional Voluntário na ONU. Foi feito uma
145 abertura para comentar do workshop em curso em Roma, com participação de
146 representantes do Brasil, cujo objetivo é facilitar a troca de experiências entre países
147 que apresentarão o RNV em dois mil e vinte seis, bem como discutir desafios
148 metodológicos e operacionais da elaboração dos relatórios. Apresentou-se a lista de
149 países que se preparam para apresentar seus RNVs no mesmo ciclo. Encerrada a
150 apresentação, foi aberto um momento para comentários e dúvidas. O participante Luís
151 Fernando Badanhã perguntou até quando haveria prazo para o envio de informações do
152 governo federal relativas ao MME. Em resposta, Lavito Bacarissa informou que o
153 formulário já havia sido encaminhado ao Ministério e que prazos foram acordados com
154 a área técnica, mas esclareceu que há uma fase de recebimento de insumos e
155 posteriormente, uma comissão de redação organizará o conteúdo, momento em que



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

alguns ministérios poderão ser novamente acionados para ajustes e adequações. A participante Luiza da Matta Machado Fernandes informou que o Ministério da Saúde já havia enviado as contribuições relativas às ações e entregas prioritárias e também os indicadores calculados, mas que havia a preocupação com a interpretação e análise dos indicadores e questionou se o Ministério teria tempo para revisar a análise e interpretação dos indicadores antes da versão final do RNV, visando alinhamento interno e validação pelo ministro. Em resposta, Hérica Ewandyr esclareceu que foi acordado com IBGE e IPEA prazo para subida dos dados na Plataforma Brasil ODS, base para a análise do IPEA e as contribuições do Ministério foram recebidas, discutidas em reunião prévia com a equipe técnica da pasta e que haverá, em momento oportuno, retorno às pastas para que possam revisar o conteúdo consolidado e ajustá-lo, se necessário, em diálogo com IBGE/IPEA. A participante Bianca Oliveira Medeiros informou que o MMA enviou seu formulário e que, após o envio, novas informações chegaram internamente ao Ministério, questionou se seria possível complementar o envio e se o limite de 5 entregas prioritárias por órgão poderia ser alterado. Em resposta, ficou esclarecido que o limite de 5 entregas prioritárias por órgão foi definido para manter o RNV enxuto e manejável, evitando um relatório excessivamente extenso, haveria possibilidade de modificação desde que em diálogo direto com a Secretaria Executiva. E finalizou falando que o prazo geral para o governo federal havia se encerrado em 1º de dezembro, porém, a Secretaria Executiva está tratando caso a caso, pois há interesse em contar com a participação de todos os ministérios. O Secretário Executivo complementou, dirigindo-se não apenas ao MMA, mas a todos os ministérios, explicou que a comunicação sobre o RNV foi feita via Secretarias Executivas, justamente porque nem todos os ministérios operam internamente da mesma forma e reiterou que também houve reenvio da informação pelos grupos da CNODS e também há um limite temporal, pois o trabalho da Secretaria Executiva depende também dos cronogramas de IBGE e IPEA, e haverá momento em que não será mais possível flexibilizar prazos. A participante Márcia Muchagata observou que o formulário não gerava cópia automática para o representante na CNODS, o que dificultou, em alguns casos, o envio simultâneo e sugeriu que, em futuras rodadas, o processo seja melhor coordenado entre Secretarias Executivas e representantes na Comissão. O Secretário Executivo respondeu que a opção pela comunicação via Secretarias Executivas visou homogeneizar o fluxo entre ministérios com estruturas distintas, simultaneamente, as informações foram compartilhadas com os representantes, que não ficaram sem ciência do processo. Encerrado o bloco referente ao RNV, o Secretário Executivo passou ao último ponto da pauta do período da manhã, foi abordado sobre a Primeira Conferência Nacional dos ODS. Foi informado que embora estivesse prevista a publicação, na data da reunião, da Portaria de convocação da Conferência Nacional dos ODS, por motivo administrativo a publicação não se concretizou naquele dia, mas que a expectativa, contudo, é de que a portaria seja publicada no dia seguinte ou, no máximo, no início da semana seguinte, a reunião seguiu início da apresentação da Patrícia que apresentou aos participantes da



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

reunião um primeiro detalhamento da conferência, já incorporando os debates realizados nas últimas reuniões ordinárias, de modo a antecipar elementos da arquitetura do processo conferencial, esclarecer próximos passos e o cronograma de trabalho e preparar o coletivo para a fase de mobilização que acompanhará a publicação da portaria. Em seguida, concedeu a palavra a Patrícia, que iniciou compartilhando a apresentação, destacando que o desenho atual é fruto de construção coletiva e das contribuições colhidas nas últimas reuniões ordinárias. Foi apresentada a identidade visual da conferência, inspirada nas "fitinhas do Bonfim", simbolizando a brasilidade e a união dos diversos ODS cobrindo o território nacional. O tema central definido para a conferência é: "Agenda dois mil e trinta no Brasil: fortalecer a democracia e defender os direitos humanos para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo e inclusivo, ambientalmente responsável e economicamente viável. Os objetivos específicos, sete ao total, incluem: Ajustar a narrativa da Agenda no Brasil; mobilizar diversos segmentos da sociedade; Avaliar a implementação dos ODS nos territórios; Identificar e coletar propostas oriundas de experiências locais; Coordenar processos de articulação institucional; Estimular, incentivar e contribuir para a institucionalização da Agenda dois mil e trinta no Brasil; Difundir e dar escalabilidade para boas práticas relacionadas aos ODS; Iniciar um amplo debate nacional sobre a agenda pós- dois mil e trinta no Brasil. Com Eixos Temáticos temos uma conferência estruturada em seis eixos, que orientarão as discussões e a seleção de propostas nos estados: Democracia e instituições fortes; Sustentabilidade ambiental; Promoção da inclusão social e o combate às desigualdades; Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável; Governança participativa; e Colaboração multisetorial e o financiamento da Agenda dois mil e trinta. O processo conferencial será composto por três etapas principais: Etapa Estadual e Distrital, de janeiro a abril: Organizada pelos governos estaduais e conselhos. Cada estado poderá enviar dezoito propostas (três por eixo) e eleger delegados para a etapa nacional. Conferências Livres, de janeiro a abril: Atendendo a pedidos da sociedade civil, esta etapa permitirá que entidades e movimentos organizem seus próprios debates. Cada conferência livre poderá enviar três propostas e eleger um delegado, a Comissão Nacional custeará a participação de até cinquenta delegados desta etapa. A Etapa Digital: Funcionará como uma instância de validação e priorização das propostas oriundas das etapas anteriores, visando ampliar a participação social. Não elege delegados, mas subsidia o caderno de propostas da etapa nacional. A Etapa Nacional foi confirmada para o período de vinte e nove de junho a dois de julho, em Brasília, Centro Internacional de Convenções de Brasília - CICB. A data foi ajustada para não coincidir com as festividades de São João e respeitar o limite do período de defeso eleitoral. A estrutura organizacional contará com uma Comissão Organizadora Nacional (CON), com dezoito integrantes e caráter deliberativo, além de subcomissões temáticas (Metodologia, Comunicação, Logística, Articulação). O apoio operacional será realizado pela Secretaria Executiva da CNODS, com suporte do PNUD, FLACSO e Itaipu. A estimativa de público para a etapa nacional é de mil trezentos e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

238 quarenta e cinco participantes. A partir da publicação da portaria da conferência se
239 iniciará formalmente o processo de mobilização e se abrirá caminho para a constituição
240 da Comissão Organizadora Nacional. A Constituição da Comissão Organizadora Nacional
241 será formada por convites, conduzidos pelo Gabinete Ministerial. No campo
242 governamental, pretende-se priorizar ministérios que recentemente realizaram
243 conferências nacionais, aproveitando sua experiência “a quente”. No campo da
244 sociedade civil, também serão feitos convites a organizações. A estratégia defendida por
245 Lavito Bacarissa é que a composição priorize organizações com força e capilaridade
246 territorial, capazes de apoiar fortemente a mobilização e a realização das etapas. Que
247 possa incluir organismos internacionais, conforme sugerido por participantes, assim
248 como, possa contemplar entidades que já integram ou não a CNODS, garantindo
249 pluralidade. Foi assegurado que a CNODS (Comissão Nacional ODS) participará
250 integralmente do processo e estará presente nas reuniões ordinárias, nas subcomissões
251 (mobilização, comunicação etc.) e em todo o acompanhamento do ciclo da conferência.
252 Em acordo com o Gabinete Ministerial, foi pactuado que das nove cadeiras destinadas
253 à sociedade civil na Comissão Organizadora Nacional, quatro cadeiras serão ocupadas
254 por organizações da CNODS, as demais cinco cadeiras poderão ser ocupadas por
255 entidades da própria CNODS ou de fora dela, a critério do processo de convite. Os
256 encaminhamentos à bancada da sociedade civil da CNODS pela manhã foram que até o
257 dia cinco de janeiro, as organizações da sociedade civil na Comissão Nacional ODS
258 deliberem internamente e informem quais quatro organizações ocuparão as quatro
259 vagas reservadas à CNODS na Comissão Organizadora Nacional da Conferência. Uma vez
260 que essa definição é necessária para finalizar e disponibilizar o Regimento da Comissão
261 Organizadora e o Documento Orientador da conferência. Reforçou que a expectativa de
262 que as quatro organizações indicadas possuam capilaridade territorial; tenham
263 disponibilidade e compromisso efetivo com o processo conferencial; contribuam para
264 acelerar os trabalhos, dada a forte restrição de prazo. Lavito alertou que espaços
265 estratégicos da Comissão Organizadora não podem ser ocupados por entidades sem
266 condições de entrega, sob risco de prejudicar o cronograma exíguo. Assim se encerrou
267 com agradecimentos pelo excelente debate da manhã e reforçou que as apresentações
268 da tarde seriam adequadas em função do tempo restante. As duas e meia da tarde do
269 mesmo dia, após o intervalo, a reunião foi retomada com uma série de apresentações
270 de representantes de diferentes ministérios e órgãos convidados, com o objetivo de
271 compartilhar ferramentas, metodologias e avanços setoriais relacionados à Agenda dois
272 mil e trinta. A rodada de apresentações começa com o Ministério da Integração e
273 Desenvolvimento Regional (MIDR) com a temática da apresentação do Relatório de
274 Alinhamento entre as Metas dos ODS e o Planejamento Estratégico Integrado do MIDR.
275 Coordenada por Antônio Sérgio Malaquias Queiroz Filho (Coordenador-Geral de
276 Planejamento e Gestão Estratégica do MIDR), Renata Alves de Oliveira Carvalho
277 (Assessoria Internacional do MIDR) e Felipe Dias (Consultor do PNUD). Objetivo da
278 apresentação foi apresentar uma metodologia inovadora, a ferramenta utiliza



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

Inteligência Artificial e processamento de linguagem natural para realizar uma comparação semântica entre as trezentos e vinte e seis iniciativas do planejamento estratégico do MIDR e as cento e sessenta e nove metas dos ODS. O modelo atribui uma escala de similaridade (de zero a nove), permitindo identificar alinhamentos diretos (concretos) e indiretos. A ferramenta visa reduzir a subjetividade técnica, automatizar o processo de monitoramento e permitir a visualização do impacto das iniciativas ministeriais (como infraestrutura hídrica, saneamento e defesa civil) com foco na replicabilidade para outros órgãos da administração pública. Os resultados principais do mapeamento revelaram que cem por cento das iniciativas do MIDR possuem algum grau de alinhamento com os ODS, com forte incidência nos ODS seis (Água e Saneamento), nove (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e onze (Cidades e Comunidades Sustentáveis). A análise também destacou a capilaridade regional das ações, permitindo uma visão da territorialização das políticas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como produto final temos os dados sendo consolidados em um Painel Interativo (*Dashboard*) que permitirá à sociedade e aos gestores filtrar informações por meta, programa ou região, promovendo a transparência e a rotina de tratamento de dados voltados ao desenvolvimento sustentável. Seguindo nas apresentações, é passado a palavra para o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), com a temática da apresentação do sistema de Monitoramento de Recomendações Internacionais de Direitos Humanos (SIMORE). Coordenada por Rogério Schmidt Campos (Coordenador-Geral de Relatórios e Monitoramento de Obrigações Internacionais do MDHC) e Luciana Peres (do MDHC). O objetivo da apresentação foi a exposição SIMORE Brasil, um mecanismo nacional abrangente desenhado para fortalecer a cultura de relatoria e monitoramento das obrigações internacionais de direitos humanos assumidas pelo Estado brasileiro. O sistema baseia-se em diretrizes da ONU e em um acordo de cooperação técnica com o Paraguai (vigente até dois mil e vinte cinco). O mecanismo visa não apenas publicizar ações, mas interiorizar as recomendações internacionais nas políticas públicas nacionais, integrando-as ao planejamento orçamentário e legislativo. O sistema gerencia um inventário de mais de dois mil e seiscentas recomendações e obrigações internacionais, classificadas em trinta e cinco categorias populacionais, cento e quatorze temáticas específicas e vinte e três eixos estratégicos. Abrange tanto a *soft law* (recomendações de comitês da ONU) quanto obrigações vinculantes (sentenças de cortes internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos). A estrutura do SIMORE é composto por quatro instâncias: Simore.gov, a plataforma informacional para armazenamento e cruzamento de dados; Pontos focais de representantes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e entes federativos responsáveis pela alimentação constante e automatizada do sistema; A unidade executiva, sediada no MDHC; e o comitê gestor, instância decisória para priorização de planos de ação. A apresentação destacou que mais de noventa por cento das metas dos ODS correspondem a obrigações estabelecidas em tratados de direitos humanos. O SIMORE Brasil já possui a harmonização das obrigações internacionais com



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

as metas dos ODS em sua base de dados, incluindo o desenvolvimento de correlações para o novo ODS dezoito. O sistema tem com impacto a produção automatizada de relatórios nacionais, a elaboração de planos anuais de implementação junto à sociedade civil e a criação de indicadores de direitos humanos em parceria com o Ipea e o ObservaDH. A interoperabilidade com outros órgãos, como o Ministério Público Federal, visa otimizar esforços e evitar a duplicidade de ações governamentais. A previsão é que uma versão inicial do sistema seja disponibilizada em março de dois mil e vinte seis, com o lançamento da versão final (incluindo produção automática de relatórios) em junho de dois mil e vinte seis. Como nota de encaminhamento após a apresentação, o Secretário Executivo propôs a realização de uma reunião conjunta entre os ministérios que apresentaram tecnologias (MIDR e MDHC) para explorar sinergias e a possibilidade de apresentar esses avanços no Fórum Político de Alto Nível da ONU em dois mil e vinte seis. Em sequência, a Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou a Plataforma EQuali – Regulação Cidadã iniciativa desenvolvida no âmbito do projeto de cooperação técnica internacional QualiReg, realizado pela CGU em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). A apresentação foi conduzida por Carlos Roberto Ruchiga Corrêa Filho, da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU. O projeto QualiReg tem como objetivo aprimorar a capacidade institucional da regulação no Brasil por meio da mensuração sistemática da qualidade do ambiente regulatório e da identificação de gargalos institucionais, oferecendo apoio técnico individualizado para sua superação. A iniciativa está alinhada aos ODS dezesseis (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ODS nove (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS cinco (Igualdade de Gênero) e ODS dezoito (Igualdade Étnico-Racial). No âmbito do QualiReg, foram aplicadas ferramentas de diagnóstico de capacidades em quarenta e duas agências reguladoras federais, estaduais e municipais, abrangendo setores como saneamento, energia, telecomunicações, transporte, saúde e recursos hídricos. A partir desses diagnósticos, foram elaborados planos de ação voltados ao fortalecimento da qualidade regulatória, à gestão de riscos, à fiscalização e à incorporação transversal das perspectivas de gênero e raça nos processos regulatórios. Como resultado desse trabalho, foi concebida a Plataforma EQuali, um ambiente virtual voltado à promoção da diversidade, equidade, inclusão e participação social na regulação pública. A plataforma amplia o conceito tradicional de qualidade regulatória ao incorporar dimensões sociais e distributivas, reconhecendo que serviços públicos e regulações não são neutros em seus impactos sobre diferentes grupos sociais. A EQuali atua em três eixos principais: informação e comunicação, por meio da disseminação de conteúdos didáticos, estudos e boas práticas; monitoramento e avaliação, com produção de indicadores e evidências sobre diversidade e inclusão na regulação; e cooperação e participação, com a criação de fóruns, consultas públicas e espaços de diálogo entre sociedade civil, reguladores, academia e empresas reguladas. Foram destacados exemplos de resultados concretos do projeto, como a contribuição para a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

361 implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto de dez reais em Manaus, direcionada
362 a populações em situação de vulnerabilidade, e a elaboração de materiais técnicos e
363 manuais de boas práticas regulatórias com capítulos específicos sobre equidade de
364 gênero e interseccionalidade. A plataforma EQuali encontra-se em fase inicial de
365 implementação, com site já disponível ao público, e tem como próximos passos a
366 formação de um grupo gestor, a ampliação da rede de parceiros institucionais e sociais,
367 a abertura de fóruns de participação em articulação com a plataforma Brasil
368 Participativo, e o desenvolvimento de cursos e formações em regulação cidadã.
369 Seguindo adiante, ocorreu a apresentação do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI)
370 com a temática Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento
371 Nacional Sustentável, iniciativa vinculada à implementação da Agenda dois mil e trinta
372 no âmbito das compras públicas federais. A apresentação foi coordenada por Herbert
373 Borges Paes de Barros, com exposição técnica conduzida pela equipe responsável do
374 MGI. Foi contextualizado que o MGI vem avançando na incorporação dos ODS em seu
375 planejamento estratégico institucional, incluindo a aprovação de uma Política
376 Institucional de Sustentabilidade e a disponibilização de informações públicas sobre o
377 alinhamento das iniciativas ministeriais à Agenda dois mil e trinta. Nesse contexto, a
378 Estratégia Nacional de Contratações Públicas constitui uma entrega estruturante. A
379 estratégia foi instituída por decreto presidencial e operacionaliza o princípio do
380 Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto na legislação brasileira de licitações e
381 contratos, especialmente na Lei nº 14.133/2021, que estabelece esse desenvolvimento
382 como objetivo das contratações públicas. A iniciativa consolida diretrizes, instrumentos
383 e orientações para que as compras governamentais sejam utilizadas como indutoras de
384 políticas públicas sustentáveis. A Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o
385 Desenvolvimento Sustentável busca, assim, fortalecer o papel das compras públicas
386 como instrumento de transformação estrutural, promovendo eficiência, transparência,
387 inclusão social e sustentabilidade no gasto público, além de contribuir para a
388 institucionalização da Agenda dois mil e trinta na administração pública brasileira. Na
389 sequência, Gisele Floriano Coelho, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços
390 Públicos, apresentou o detalhamento técnico da Estratégia Nacional de Contratações
391 Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP). A apresentação ressaltou o papel
392 estratégico das compras públicas no Brasil, que representam aproximadamente
393 dezesseis por cento do Produto Interno Bruto, segundo dados da OCDE, evidenciando o
394 potencial do poder de compra estatal como vetor de transformação econômica, social
395 e ambiental. Foi enfatizado que as contratações públicas devem ir além do suprimento
396 de bens e serviços, atuando como instrumento de geração de valor público,
397 fortalecimento da soberania produtiva e tecnológica nacional e indução de práticas
398 sustentáveis. A expositora contextualizou a estratégia no cenário recente de
399 reindustrialização brasileira, fortalecimento do protagonismo internacional do país e
400 valorização das compras públicas como instrumento estratégico, especialmente no
401 contexto da COP30, em que o Brasil busca se afirmar como referência global em



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

sustentabilidade. Nesse sentido, a ENCP foi apresentada como uma oportunidade para alinhar decisões de gasto público a objetivos de longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento nacional sustentável. Foi destacado que a construção da estratégia ocorreu por meio de um amplo e participativo processo de diálogo social, iniciado em dois mil e vinte três, envolvendo ministérios, órgãos de controle, entes federativos, setor produtivo, sociedade civil, academia e organismos internacionais. Ao longo desse período, foram realizadas dezoito oficinas presenciais e virtuais, com a participação de mais de mil pessoas, assegurando legitimidade, transparência e diversidade de perspectivas na formulação da política. No âmbito das ações já implementadas pelo governo federal, foram mencionados avanços relevantes relacionados ao uso estratégico das contratações públicas, como a criação da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, o fortalecimento das margens de preferência para produtos nacionais, a regulamentação de cotas para mulheres em situação de violência em contratos de serviços terceirizados, os critérios de desempate vinculados à equidade de gênero, e a ampliação da plataforma Contrata Mais Brasil, voltada à inclusão de micro e pequenos empreendedores nas compras governamentais. A Estratégia Nacional foi apresentada como estruturada em quatro eixos: social, ambiental, econômico e de gestão. O eixo social contempla objetivos como promoção da equidade, inclusão, inovação social, economia de impacto, trabalho decente e responsabilidade social. O eixo ambiental abrange regeneração ambiental, economia circular, tecnologias limpas, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência climática e fortalecimento da bioeconomia. O eixo econômico foca no adensamento produtivo, geração de emprego e renda, redução de desigualdades e ampliação da participação de micro e pequenas empresas e negócios de impacto. O eixo de gestão busca fortalecer capacidades estatais por meio de articulação federativa e intersetorial, governança, gestão de dados, digitalização, capacitação de servidores e diálogo estruturado com o mercado. Foi ressaltado que, embora a ENCP esteja diretamente vinculada à meta doze ponto sete do ODS doze, sua implementação contribui de forma transversal para diversos outros ODS, incluindo os ODS oito, nove, dez, treze, quinze e ODS dezoito, ao transformar objetivos globais em decisões concretas de gasto público. Por fim, foi divulgado que a Estratégia dispõe de um portal público, no qual estão disponíveis a documentação completa de sua construção, o Plano de Entregas dois mil e vinte seis, que reúne compromissos do MGI e de ministérios parceiros, e a consulta pública para a elaboração do Plano de Ação 2027–2031, aberta até oito de março. A apresentação foi encerrada com a reafirmação do compromisso do MGI com o aprimoramento contínuo da estratégia e com a integração da participação social em sua implementação. Finalizando a rodada de apresentações, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) apresentou a temática Programa Cidades Verdes Resilientes. Coordenada por Salomar Mafaldo de Amorim Junior (Analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Coordenador-Geral de Cidades Sustentáveis e Diretor Substituto do Departamento de Meio Ambiente Urbano



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

da Secretaria Nacional de Qualidade Ambiental). A iniciativa coordenada pelo MMA em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério das Cidades (MCID). A apresentação contextualizou os crescentes desafios ambientais e climáticos enfrentados pelas cidades brasileiras, como enchentes, deslizamentos, secas e ondas de calor, evidenciados por dados científicos consolidados no Plano Clima. Foi ressaltado o aumento expressivo da temperatura média e da duração das ondas de calor em praticamente todas as regiões do país, com impactos diretos sobre a saúde, a infraestrutura urbana e a qualidade de vida da população. O Programa Cidades Verdes Resilientes tem como objetivo promover a qualidade ambiental e a resiliência climática das cidades brasileiras por meio da integração das políticas urbanas, ambientais e climáticas, estimulando práticas sustentáveis e a valorização dos serviços ecossistêmicos. A iniciativa está alinhada principalmente aos ODS onze (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS treze (Ação Climática), com abordagem integrada e federativa. Foram apresentados os principais eixos temáticos do programa, que incluem o uso e a ocupação sustentável do solo, a ampliação de áreas verdes e da arborização urbana, a adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), a promoção de tecnologias de baixo carbono, a mobilidade sustentável com foco na mobilidade ativa e o fortalecimento da gestão de resíduos, com ênfase nos resíduos orgânicos. Entre as metas do programa destacam-se a ampliação da cobertura vegetal urbana em aproximadamente cento e oitenta mil hectares, o aumento da capacidade adaptativa dos municípios brasileiros em trinta e cinco por cento a elevação do percentual de moradores vivendo em ruas arborizadas para cinquenta e sete por cento a ampliação de iniciativas de SBN nos municípios, o estímulo ao uso de ciclovias e caminhabilidade e o fortalecimento da gestão de resíduos sólidos urbanos. Foi detalhada a iniciativa AdaptaCidades, integrada ao programa, voltada ao fortalecimento dos planos locais de adaptação climática. Atualmente, apenas cerca de quatorze municípios brasileiros possuem planos dessa natureza, e a estratégia visa ampliar significativamente esse número por meio de capacitação técnica, orientações metodológicas, disponibilização de dados de risco e vulnerabilidade climática e facilitação do acesso a fontes de financiamento. A ação insere-se na lógica do federalismo climático, prevista na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil. O programa prioriza quinhentos e oitenta e um municípios, selecionados com base em critérios técnicos de exposição, ameaça, vulnerabilidade climática, capacidade institucional e tamanho da população exposta. Os resultados esperados incluem o fortalecimento das capacidades locais, a elaboração de planos municipais de adaptação alinhados ao Plano Clima, a ampliação do acesso a informações climáticas e a facilitação do financiamento de ações estruturantes. Foi apresentada ainda a iniciativa Cidades Modelo Verdes Resilientes, desenvolvida em parceria com a rede C40 Cities, que prevê o apoio à elaboração de planos climáticos locais, projetos de mitigação e adaptação, com foco em ações de alto impacto e acesso a financiamento internacional. Nesse contexto, foi destacado o lançamento do Plano Nacional de Arborização Urbana, primeira política pública federal



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

dedicada ao tema, amplamente debatida com municípios, estados, academia e sociedade civil, e apresentada durante a COP30. O expositor detalhou ferramentas técnicas desenvolvidas pelo MMA, como o Cadastro Ambiental Urbano, que sistematiza informações geoespaciais sobre áreas verdes públicas urbanas, incluindo indicadores ambientais e dados sobre ilhas de calor, com vistas ao aprimoramento da gestão e do financiamento dessas áreas. Também foi mencionada a cooperação com o Instituto Cidades Sustentáveis para o fortalecimento do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, que monitora a implementação dos ODS nos municípios brasileiros. Outras iniciativas destacadas incluíram o desenvolvimento do Zoneamento Ambiental Municipal, o fortalecimento das Soluções Baseadas na Natureza, a elaboração de normas técnicas para SBN, a inclusão dessas soluções em tabelas públicas de custos e linhas de financiamento, e a articulação com o setor privado e instituições financeiras. Foi mencionado o edital Periferia Verde Resiliente, realizado em parceria com o Ministério das Cidades (MCID), que recebeu mais de mil propostas e destina aproximadamente vinte e cinco milhões de reais a projetos de infraestrutura verde em áreas periféricas. Por fim, foi apresentado o Mutirão Global contra o Calor Extremo, lançado durante a COP30 em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com foco na aceleração de soluções locais de resfriamento sustentável, elaboração de planos de ação contra o calor, criação de refúgios climáticos, proteção de trabalhadores e fortalecimento da resposta dos sistemas de saúde aos impactos do calor urbano. O representante do MMA encerrou a apresentação reafirmando a disposição do ministério para ampliar parcerias, fortalecer a cooperação com a Comissão Nacional para os ODS, da qual o MMA integra o comitê gestor do programa, e expandir as ações junto aos municípios brasileiros. Em seguida, o Secretário-Executivo informou que, em razão do avanço do horário e do fato de os debates terem ocorrido ao longo do dia, a previsão de abertura para debate livre seria suprimida, e consultou os presentes sobre a existência de assunto relevante a ser consignado em ata antes do registro dos encaminhamentos. Sem manifestação, o Secretário-Executivo passou então a enunciar os encaminhamentos consolidados do dia, solicitando complementações caso necessário. Foram registrados como encaminhamentos: Discutir o cronograma do processo de seleção pública, com definição de data limite para sua conclusão; Tratar da composição da Comissão Organizadora Nacional da Conferência, com previsão de cinco representações formalmente vinculadas à Comissão e quatro representações destinadas a processo de concertação; Solicitar que a bancada da sociedade civil encaminhe as cinco indicações até cinco de janeiro, por ser condição para publicação dos documentos orientadores da conferência na primeira quinzena de janeiro; Convocar agenda específica, no início de dois mil e vinte seis, para gerar sinergias entre as tecnologias e iniciativas apresentadas, envolvendo, entre outros, os ministérios e órgãos que apresentaram soluções (incluindo, conforme mencionado ao longo da reunião, MIDR, MDHC, MGI e MMA); e Organizar desde o começo do ano a agenda de participação do Brasil na CEPAL, definindo conjuntamente a atuação e contribuições



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

525 nacionais. Na sequência, Alberto Saraiva questionou se, após a publicação do edital de
526 convocação da conferência, a composição da Comissão Organizadora também precisaria
527 ser publicada no Diário Oficial. O Secretário-Executivo respondeu afirmativamente,
528 informando que a composição deverá ser publicada no Diário Oficial da União, e que o
529 trabalho de fechamento e publicidade seria encaminhado no restante de dois mil e vinte
530 cinco e na primeira quinzena de janeiro de dois mil e vinte seis. O Secretário-Executivo
531 solicitou, ainda, que os órgãos que realizaram apresentações disponibilizassem seus
532 materiais (PPTs) à Secretaria, e lembrou que houve atualização de nomes de
533 representações no último trimestre, informando que uma nova portaria com as
534 atualizações seria publicada no início do ano e solicitando que eventuais alterações
535 adicionais fossem comunicadas ainda em dois mil e vinte cinco. Por fim, o Secretário-
536 Executivo agradeceu às representações e à equipe da Secretaria pelo apoio, registrou a
537 importância dos conteúdos debatidos e dos encaminhamentos pactuados, e encerrou a
538 reunião com votos de boas festas e de um ano de dois mil e vinte seis com continuidade
539 das ações e avanços na implementação da Agenda 2030 e dos ODS. Nada mais havendo
540 a tratar, foi encerrada a reunião, no qual, eu Isabel Vitória da Silva Costa, lavei a
541 presente ata em dezoito de dezembro de dois mil e vinte cinco, que foi aprovada pelo
542 pleno em vinte de fevereiro de dois e vinte seis.